



CENTRO UNIVERSITÁRIO DR. LEÃO SAMPAIO – UNILEÃO
CURSO DE GRADUAÇÃO EM PSICOLOGIA

MONICA FRANCELINO MOURA

**A DOR DE NÃO ESTAR COM QUEM FAZ DOER: O PROCESSO DE LUTO
SOFRIDO POR MULHERES FRENTE O TÉRMINO DE RELAÇÕES ABUSIVAS**

Juazeiro do Norte
2021

MONICA FRANCELINO MOURA

**A DOR DE NÃO ESTAR COM QUEM FAZ DOER: O PROCESSO DE LUTO
SOFRIDO POR MULHERES FRENTE O TÉRMINO DE RELAÇÕES ABUSIVAS**

Trabalho de Conclusão de Curso – Artigo Científico, apresentado à Coordenação do Curso de Graduação em Psicologia do Centro Universitário Dr. Leão Sampaio, em cumprimento às exigências para a obtenção do grau de Bacharel em Psicologia.

Orientador: Prof. Me. Joel Lima Junior

Juazeiro do Norte
2021

MONICA FRANCELINO MOURA

**A DOR DE NÃO ESTAR COM QUEM FAZ DOER: O PROCESSO DE LUTO
SOFRIDO POR MULHERES FRENTE O TÉRMINO DE RELAÇÕES ABUSIVAS**

Trabalho de Conclusão de Curso – Artigo Científico, apresentado à Coordenação do Curso de Graduação em Psicologia do Centro Universitário Dr. Leão Sampaio, em cumprimento às exigências para a obtenção do grau de Bacharel em Psicologia.

Orientador: Prof. Me. Joel Lima Junior

Aprovado em: 02/07/2021

BANCA EXAMINADORA

Prof. Me. Joel Lima Junior
Orientador

Prof. Me. Larissa Maria Linard Ramalho
Avaliadora

Prof. Esp. Indira Feitosa Siebra de Holanda
Avaliadora

A DOR DE NÃO ESTAR COM QUEM FAZ DOER:

O processo de luto sofrido por mulheres frente o término de relações abusivas

Monica Francelino Moura¹
Joel Lima Júnior²

RESUMO

O fim de um relacionamento se enquadra como um processo de luto, pois o rompimento de uma relação traz consigo todo um peso emocional. No estudo em questão, foi abordada essa temática partindo de ótica que incide sobre a relações abusivas. Com base nisso, emerge a importância de não se descartar a dor, o sofrimento e a significância desse rompimento para a mulher, tendo em vista que é importante considerar os sentimentos que virão após o termino, uma vez que a vítima estava sendo submetida a uma união em que era subjugada, diminuída, violentada entre outros comportamentos característicos de uma relação abusiva. Assim, evidenciando a necessidade de se abordar a respeito, para que dessa forma a vítima seja acolhida e auxiliada por profissionais competentes, pela família e socialmente, a fim de superar esse período tão conturbado. O presente artigo trata-se de uma pesquisa bibliográfica cujo objetivo foi compreender a vivência do luto das mulheres, frente ao término de relações consideradas abusivas e analisar, e, do mesmo modo, o que pode ser classificado como esse tipo de relacionamento, descrevendo ainda como é vivenciada a experiência do luto no fim de relações amorosas.

Palavras-chave: Relacionamento Abusivo. Término de Relacionamento. Sofrimento Psíquico. Luto. Psicologia.

ABSTRACT

The end of a relationship is a mourning process, because the breakup of a relationship brings with it a lot of emotional weight. In the study in question, this theme was approached from a perspective that focuses on abusive relationships. Based on this, there emerges an importance of not discarding the pain, suffering and the significance of this disruption for the woman, considering that it is important to consider the feelings that will come after the end, since the victim was being subjected to a union in which she was subjugated, diminished, violated, among other behaviors characteristic of an abusive relationship. Thus, evidencing the need to address the issue, so that the victim is welcomed and supported by competent professionals, by the family and socially, in order to overcome this troubled period. This article is a bibliographical research whose objective was to understand the experience of women's mourning, facing the end of relationships considered abusive and to analyze, and similarly, what can be evaluated as this type of relationship, also describing how the experience of mourning is experienced at the end of love relationships.

Keywords: Abusive Relationship. Ending of Relationship. Psychic suffering. Mourning. Psychology.

¹Graduanda do curso de Psicologia do Centro Universitário Doutor Leão Sampaio (UNILEÃO), Juazeiro do Norte, Ceará. Contato: monicafancelinopsi@gmail.com

²Docente do curso de Psicologia do Centro Universitário Doutor Leão Sampaio (UNILEÃO), Juazeiro do Norte, Ceará. Mestre em Ciências da Saúde pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN). Contato: joelljr@yahoo.com.br²

1 INTRODUÇÃO

Para Guedes e Monteiro-Leitner (2016), há um sentimento de pertencimento dentro das relações amorosas, compreendidas como normais, onde se cria uma confiança recíproca, e se intensifica a vontade de aproximação entre os indivíduos. A partir da convivência, o casal passa a criar códigos subjacentes que também são elementos importantes dentro da relação, agregando ainda mais significado para esse enlace, ampliando uma interdependência que, na maioria das vezes, é mútua. Esse tipo de ligação é favorável quando o casal está em um relacionamento seguro, pois aumenta a compreensão entre os parceiros e a capacidade bilateral de empatia. Ademais, se faz importante ressaltar que é justamente na experiência afetiva-amorosa que se associa ao modo como o sujeito representa sua organização individual ao longo de sua vida afetiva, tendo como base, a ligação com os pais durante a infância e com os parceiros na época da adolescência. Assim, são essas representações que indicam os comportamentos dos sujeitos para a preservação e continuidade da vida afetiva-amorosa e também o bem-estar individual.

A intimidade que se encontra dentro das relações são significativas e podem influenciar a forma como as pessoas se veem e se sentem, e também, frente as características de cada parceiro, é possível que surjam ciclos de dominação dentro dessa relação. A personalidade de cada um dos parceiros coincide com a identidade que se cria para a relação; a identidade do “nós”, isto é, sem conflitos de necessidades entre os dois, não coincide, somente, com a entidade “nós”, mas sim com o “eu” e “tu” em espaço individual, gerando conflito. Nesse meio, entrelaçam-se as necessidades do *self* e do outro para suprir as necessidades de ambos. Sendo assim, quando não há a reposição de carência, insegurança e conflitos, há uma tendência para o isolamento, tendo como consequência, o afastamento entre o casal (DUARTE, 2012).

Nesse cenário, observa-se também que desde o início dos tempos as mulheres são ensinadas que devem entrar em uma relação e mantê-la a todo custo, mesmo que a duras penas, pois é seu dever feminino tomar para si tal responsabilidade. Dessa forma, nota-se que a sociedade machista em que se vive, tende a continuar com a manutenção desse tipo de comportamento, porque é o que, socialmente, ainda se constata sendo reproduzido dentro da cultura. Prova disso é que, tanto os livros de romance quanto os filmes, vendem a imagem de um “felizes para sempre”, onde a mulher encontra o seu par para a vida toda, destina-se a permanecer nesse patamar de preservar essa relação e, assim, preservar o seu “conto de fadas” (BASTOS, 2016). Acontece que a grande maioria das relações são finitas, e quando elas

rompem, trazem consigo toda uma cadeia de sofrimento e dor, devido ao rompimento e os significados vindos com ele (BIELSKI; ZORDAN, 2014).

Tendo em vista que os rompimentos entre relações amorosas causam um processo de luto - que às vezes pode ser mal elaborado devido o investimento e a idealização -, e também da dificuldade de uma vítima de abuso processar esses términos, é de suma importância vislumbrar essas nuances para um melhor entendimento a respeito da dependência emocional criada dentro de relações abusivas, para assim, melhor trabalhar a elaboração desse luto; e, no mesmo sentido, trazer mais informação sobre o tema, pois quanto maior for a familiaridade com esse cenário, maiores as chances de se ter uma visão adequada e desconstruída sobre esse ponto.

Diante disso, surge o interesse pelo presente estudo, onde se tem como objetivo geral, compreender a vivência do luto das mulheres, frente ao término de relações consideradas abusivas e como objetivos específicos, analisar, a luz da literatura, o que pode ser classificado como um relacionamento abusivo e descrever como é vivenciada a experiência do luto de fins de relações amorosas.

2 METODOLOGIA

Tendo como base Prodanov e Freitas (2013), a pesquisa bibliográfica é caracterizada pelo fato de recorrer a inúmeras fontes de consulta, possibilitando, dessa forma, a análise de diversos materiais disponíveis (livros, revistas, teses, etc.). Ainda nesse sentido, Gil (2008), afirma que uma das partes mais relevantes do processo de pesquisa diz respeito ao levantamento bibliográfico, por isso, faz-se essencial recorrer aos materiais adequados para a devida fundamentação teórica. Assim, este estudo qualitativo trata-se de uma revisão narrativa da literatura, nesse sentido, os procedimentos realizados neste trabalho buscaram instituir um levantamento bibliográfico.

Para tanto, foi realizada uma extensa pesquisa, por meio da consulta de livros, artigos científicos e trabalhos acadêmicos e, a partir disso, foram comparadas as informações sobre a temática da proposta desse estudo. A consolidação da pesquisa teve, como base de dados, a plataforma SciELO e Google Acadêmico, utilizando-se dos descritores “relações abusivas”, “término de relações”, “luto”, “luto com o término de relações amorosas” e “luto no término de relações abusivas”. Esses dados foram coletados entre outubro de 2020 e junho de 2021 e utilizadas, em sua maioria, fontes entre 1997 à 2021.

3 BREVES CONSIDERAÇÕES ACERCA DA MULHER E A CONJUGALIDADE

Desde os primórdios da humanidade, observam-se interações entre homens e mulheres as quais pode-se denominar de relação que, inicialmente, tinha o intuito de propagação da espécie. À medida que a humanidade foi evoluindo em desenvolvimento e cultura, a complexidade dessa relação também foi aumentando. Na literatura podemos perceber alguns casos de mudança desses conceitos, como por exemplo o Banquete de Platão que, ainda no século IV a.C., já falava sobre o amor, mostrando o salto de consciência que as relações entre pares tiveram. Nesse banquete, é contado um mito onde os seres humanos foram criados pelos deuses com quatro braços, quatro pernas e uma cabeça com duas faces, mas Zeus, temeroso pelo poder que esses humanos tinham, os dividiu em dois seres, os condenando a vagar à procura da sua outra metade ao longo de suas vidas (PLATÃO, 2017).

Embora fosse implantada a noção de amor e a busca por um par para a vida, a mulher não tinha identidade e mantinha-se em um posto de extrema inferioridade em comparação com o homem, tanto dentro do casamento como na sociedade, seu valor era diminuto. Em razão disso, eram consideradas como posse de seus companheiros, tinham poucos direitos e se submetiam aos homens de diversas maneiras, a depender da época, não votavam, não podiam trabalhar fora, não tinham voz ativa, deveriam se vestir e falar de forma que se enquadrassem no imposto como adequado, viviam para cuidar dos filhos e da casa, criavam suas filhas para serem boas donas de casa e boas mães. Além de não poderem se separar de seus cônjuges, eram ainda mais julgadas e mal vistas quando mães solteiras (DINIZ; COELHO, 2005).

Seguindo esse pensamento, a sexualidade feminina ainda era tida como uma ameaça ao equilíbrio doméstico, a segurança social e a própria ordem das instituições civis. Visto que a mulher como esposa é um papel feminino estabelecido culturalmente, que se propaga até a atualidade, é relevante destacar que entre a Antiguidade e a Idade Média os casamentos eram organizados sem o consentimento da mulher, não passava de um mero contrato entre a família do pretendente e o pai da noiva. Nesse contexto, era indispensável para o casamento que a mulher fosse fértil e, caso contrário, seriam repudiadas, nos casos de adultério, poderia até acarretar em abandono ou até mesmo a morte da mulher (SILVA, 2005).

Mais tarde - por volta do Século XVII -, o amor romântico, segundo Silva (2005), se tornou a idealização de casamento. Foi nesse período que a finalidade principal da relação deixa de ser apenas a apropriação, e os objetivos centrais passam a ser os propósitos econômicos e psicológico do casal. Esse ideal de amor romântico foi implantado para justificar a diminuição ou ausência no número de filhos. Dessa forma, o casamento passa a acontecer por decisão e

escolha dos cônjuges, tornando a relação conjugal mais importante que antes. Nesse esquema, a mulher se mantinha, em sua grande maioria, em casa cuidando dos afazeres domésticos e filhos.

Outro fator que contribuiu para mais uma mudança nessa estrutura conjugal, pode-se atribuir ao período de urbanização e industrialização que ocorreu em meados do Século XIX, pondo em xeque o amor romântico, onde a mulher se mantinha como um ser domesticado. Foi nesse período que questionamentos sobre a igualdade de gênero emergiram em meio as famílias que buscavam fonte de renda nas engrenagens das indústrias. Nesse momento, as mulheres saíam de casa e buscavam trabalhar nas fábricas para conseguir não só dinheiro, mas também um pouco de independência dentro de seus lares (ABOIM, 2009).

Foi a partir dos anos 70 (setenta), com o movimento feminista, que se intensificou a discussão sobre igualdade de gênero, houve modificações no modelo da família nuclear, o que possibilitou uma consideravelmente mudança na forma como se enxergava a conjugalidade e teve como consequência a degradação de alguns aspectos machistas; mesmo ainda estando dentro de uma sociedade patriarcal, a mulher ganhou o direito de ter voz e opinar sobre sua própria vida, apesar de ser um claro avanço, é nítido que até hoje persiste essa batalha por uma igualdade de gênero (PEIXOTO; HEILBORN, 2016).

O ganho identitário da mulher advindo de lutas de gênero, como as descritas anteriormente, podem ser associados também a globalização, pois, questões como: transformações da sexualidade, construção da identidade de gênero feminino na família, questão identitária, ensino e trabalho como força estruturante da identidade feminina, apresentam uma nova forma de se portar junto ao seu par, isso é evidente não apenas no Brasil, mas também em outros lugares pelo mundo. Foi a partir dessa emancipação feminina, onde se estabelece que não precisa, necessariamente, de um homem para viver ou se manter em sociedade, que as relações evoluíram e desmistificaram o que, no senso comum, julga-se certo para o sexo feminino e seu parceiro. Sendo assim, a vida em conjunto se altera no momento em que a mulher ganha uma identidade e deixa de ser sujeita às subjetivações feitas a partir dos construtos sociais. É nesse viés de transformações e desarticulações da vida social, com as mudanças de identidade, que as pessoas apresentam a inevitabilidade de negociar seus relacionamentos (VIEIRA, 2005).

Além dos fatores sociais descritos, Vieira (2005) explica que essa identidade feminina assumida na pós-modernidade, traz consigo uma postura capitalista e, assim sendo, com independência econômica que, além de consumir, também dita as leis no mercado, incidindo, da mesma forma, nas relações com os homens. Agora, a mulher detém o direito de escolher o

seu companheiro impondo suas exigências e não apenas atuando como um ente passivo que espera ser escolhida. Pelo contrário, trabalha e ganha o seu próprio salário sem depender do sexo masculino para se sustentar. Essa nova identidade atribui para o sexo feminino a possibilidade de análise do seu próprio corpo, da sua vida e do que faz dela. Trazendo, assim, meios para se relacionar com o outro e uma nova elaboração de desejos e de liberdades da vida de cada um.

Visto que há uma oscilação presente entre laços afetivos e individualidade, encontra-se fragmentações de identidade dentro desses processos. Com o aumento do ideal de relação amorosa e autonomia individual, os casais românticos apresentam maiores dificuldades de se manterem unidos (ABOIM, 2009). Pontos como a revolução sexual e a emancipação feminina, foram e são de suma importância para as mudanças que vêm ocorrendo tanto nos casamentos como no amor, e também na sexualidade ao longo da modernidade. Isso implica como resultado as transformações na vida e intimidade das pessoas. Mesmo assim, se mantém grandes “distâncias” entre homens e mulheres, e, em razão disso, emergem significativos embates emocionais acerca desse convívio (SILVA, 2005).

A partir dessa nova perspectiva, o formato de conjugalidade vem se modificando lentamente e novas formas de casal estão florescendo, onde observa-se que a autorrealização e autonomia se tornaram base e, conseqüentemente, as transformações da visão da mulher dentro dessa união apresentaram uma importância considerável (SILVEIRA, 2008). Segundo Barreto (2015), apesar de ser possível perceber na história recente um relativo ganho na luta entre gêneros, a ascensão das mulheres no mercado de trabalho e os novos modelos de uniões que buscam cada vez mais igualdade entre os pares, ainda há relações que apresentam vestígios desse passado de opressão, onde um dos sujeitos se sente superior ao outro e o oprime de diferentes formas dentro dessa convivência afetiva. Pois, as relações nas quais um dos pares detém o poder sobre o outro e, a partir disso, faz imposições que acarreta sofrimento e traumas, podem ser classificadas como relações abusivas.

3.1 RELACIONAMENTOS ABUSIVOS

A relação abusiva corresponde, segundo Barreto (2015), àquela relação em que existe um excesso de poder ou controle por uma das partes, tendo como consequência um sentimento de posse e objetificação do outro. Mesmo que mulheres e homens possam viver com atitudes abusivas dentro das relações amorosas, as mulheres ainda detêm esse pódio (ser considerada

inferior), principalmente, devido o machismo que ainda se mantém enraizado na sociedade atual.

Atualmente, foi disseminada a consciência sobre como as sujeições sofridas dentro dos relacionamentos caracterizava-os como abusivos. Ao longo de muitas lutas - presentes até os dias atuais -, leis foram criadas visando a diminuição da propagação de atos que prejudiquem o bem-estar das mulheres sujeitas a esse tipo de sofrimento, o que não significa a extinção ou rompimento desses comportamentos inclusos na conjugalidade vigente (PEIXOTO; HEILBORN, 2016). Dentro desse cenário, a mulher se encontra frequentemente acuada ao ponto de não denunciar os abusos, por medo de como a sociedade verá o seu caso e se darão ou não razão para sua denúncia (CARLOTO, 2001).

Dentro desse modelo de relação, geralmente há um ciclo de violência formado por três fases, que são: escala da tensão, que são irritações constantes, acessos de raiva e momentos onde o sujeito se exalta, irritando-se em demasia por motivos irrelevantes; explosão da violência, quando o sujeito perde o controle de sua raiva e materializa essa irritação com violências; e a lua de mel, momento em que o agressor expressa arrependimento pelo ocorrido, promete mudança e abrandar seu comportamento por um período de tempo. Como, naturalmente, ocorre em ciclos, a tendência é de se repetir. (ALBERTIM, 2018). Com base nisso, insta salientar que, quando se está dentro desse tipo de relação, são necessárias diversas estratégias de apoio e enfrentamento para a vítima, a fim de que ela consiga romper este ciclo.

Inserido em uma relação abusiva, o indivíduo pode sofrer diversos tipos de violência, tais como: física, psicológica, moral, sexual ou financeira. A **violência física** se configura por qualquer ação que cause prejuízo a integridade ou saúde corporal ou que gere sofrimento físico para o indivíduo. Tipos de conduta que represente calúnia, difamação ou injúria caracterizam como **violência moral**. A **violência sexual**, por sua vez, equivale a toda ação sexual, tentativa de consumir um ato sexual ou insinuações sexuais indesejadas, mesmo que por um cônjuge. Ao passo que a apropriação indevida de cartões de crédito ou benefícios, subtração de dinheiro ou/e documentos, ocupação indevida de propriedade, refletem tipos de **violência financeira** (OLIVEIRA, 2015; SILVIA et al., 2017).

Sendo um dos mais presentes nas relações abusivas, a **violência psicológica** se destaca por atos de humilhação, desvalorização, atitudes que abalam a autoestima, desencadeando, assim, inúmeros agravos como depressão, distúrbios nervosos, transtornos psicológicos, entre outros, para a saúde da vítima (OLIVEIRA, 2015). Ainda sobre essa modalidade de violência, nota-se que o abusador adentra no âmbito familiar, nas amizades e na vida da vítima. Ele começa, inicialmente, mudando pequenos hábitos, faz insignificantes comentários sobre a

aparência e forma de vestir e, em seguida, tende a afastar as amigas e intensificando os abusos. Essa configuração de abuso acarreta tanto a diminuição da autoestima, como sentimentos de apreensão, pois, mesmo que tente sair da relação, ela tem medo de sofrer os outros tipos de violência acima citados (BARRETTO, 2018).

O abuso, em suas mais diversas facetas, tem suas raízes baseadas no gênero. O sofrimento que o abusador impõe sobre a vítima, em sua grande maioria, é pelo fato dela ser mulher. Embora as conquistas sociais ao longo do tempo tenham, progressivamente, alargado os atos que são vistos como violentos - que antes não tinham essa mesma nomenclatura -, ainda se encontra a aceitação social desses aspectos abusivos. Mesmo trazendo danos para a vítima e atentando com a sua dignidade, grande parte das violências sofridas dentro de uma relação abusiva ainda não são sinônimos de crime. Contata-se disso, portanto, e reverbera socialmente que o ser masculino e o ser feminino têm uma implicância no contexto social e mantêm a adoção de determinado tipo de conduta para cada um. Com base nesse contexto, a aproximação entre a vítima e o abusador contribui para o crescimento do sentimento de insegurança e vulnerabilidade muito comuns dentro desse modelo de relação, haja vista que o abusador tem livre acesso a elas, está ciente de sua rotina diária e, principalmente, de suas fragilidades (BARROSO, 2007).

O natural, nesse tipo de situação, seria o indivíduo evitar se submeter a essas imposições, mas, nestes casos, a tendência é uma recorrência da violência sofrida pela mulher (MARQUES, 2005). Hirigoyen (2006), acrescenta a tudo isso, o fator financeiro, a dependência emocional, filhos, julgamentos sociais e outros motivos que corroboram pra o manutenção desse enlace.

Bem como uma sociedade construída estruturada em cima de uma visão patriarcalista de dominação do homem, há dificuldades na vivência dentro dessa relação e igualmente na sua desvinculação. Ex-maridos e ex-namorados continuam a ser os principais agressores dessas mulheres, pois é como se, do ponto de vista deles, a mulher fosse representada como sua propriedade, e esse direito sobre ela fosse ameaçado pela ideia de que, já não lhe pertencendo, viessem a pertencer a outro. Dessa forma, a mais tenra possibilidade de que a mulher possa vir a abandonar essa relação, tende a desencadear nos agressores o desejo de posse completa e exclusiva do objeto amado que, em alguns relacionamentos afetivos, como observa-se, toma o caráter de posse absoluta através da violação ou, quando a situação é levada ao extremo, do feminicídio (BARROSO, 2007).

A mulher, ao longo da história, foi vista como louca e apontada como as principais “culpadas” pelos términos das relações. Conclui-se que isso acaba sendo uma estratégia que mantêm a manutenção da continuidade de comportamentos socioculturais e religiosas que

tendem a difamar o feminino. Pois, práticas cotidianas e odiosas contra as mulheres tendem à naturalização mesmo atualmente (DA SILVA, 2021). Concedendo a devida atenção a esses aspectos, é possível perceber o quão difícil é se desvincular do ciclo de abuso ainda que, após o término, ocorra um possível retorno, mesmo que por medo, trazendo à tona dificuldades na vivência desse luto com o fim da relação e toda a gama de significados aos quais esses sentimentos estão atrelados.

3.2 LUTO

Mesmo que ao se referir ao luto, frequentemente, se associe a perda de uma pessoa, esse processo ultrapassa esta simples definição. Sendo definido como qualquer tipo de perda de teor significativo para o indivíduo; como a morte de um ente querido, animal de estimação, demissão, separação dos pais, mudança de cidade ou residência e término de uma relação, seja ela amorosa ou não (ANCP, 2016). Em decorrência de cada ser humano ter seu modo de viver e se perceber no mundo, o processo de luto se estabelece de forma diferente para cada indivíduo. Aspectos como cultura, ambiente em que vive e o contexto da perda, influenciam no modo como a pessoa encara o luto e o quanto é afetado por ele.

Nesse sentido, o luto não se trata apenas de um estado de extrema angústia pessoal, mas, também, pode ser encarado como um fenômeno ligado a um sortimento de perturbações psicológicas e somáticas. A necessidade de vínculo, acaba por refletir na frustração da perda quando se perde esse contato, já que esse significado atribuído a uma figura importante frente a queda de seguranças do indivíduo, deixa de existir. Dessa forma, Santos (2017), define o luto como uma resposta mental frente a qualquer perda que seja significativa, sendo a dor a mais presente e que, segundo o autor, comumente, vem acompanhada com a falta de interesse em relação ao mundo exterior, fixação a respeito das memórias do objeto perdido e atenuação de energia para investir em novos relacionamentos.

Embora traga consigo uma gama de sentimentos e comportamentos que fogem do tradicional, o luto é um fenômeno natural, que ocorre em decorrência de perdas significativas. Tendo como base a teoria do apego de Bowlby, Worden produziu um trabalho acerca do luto, cujo o enlutamento é compreendido como um processo contínuo advindo da dor intensa da perda e se ajustado frente a novas relações. Diante a isso, ele define quatro tarefas básicas a respeito da perda (SANTOS, 2014).

A primeira é **aceitar a realidade da perda**. Essa fase aponta uma possível descrença da perda logo que ocorre, pois há uma falsa percepção de que aquilo que está acontecendo não

é real e a qualquer momento a vida voltará ao normal. Essa tarefa se trata da percepção de que a perda é real, portanto, negar essa perda ou o significado dela pode acarretar sérios riscos psíquicos; A segunda é **elaborar a dor da perda** e entende que quando o sujeito percebe a perda, a dor que o enlutado tende a sentir pode ser agravada ao se evitar ou suprir os sentimentos advindos dessa perda. Embora tenha consciência da situação, o sujeito evita sentir esses sentimentos, prolongando o luto ao fazer isso. No entanto, não percebe que é necessário sentir essa dor para que ela possa ser elaborada e não trazer sequelas futuras; A terceira fase diz respeito a **ajustar-se a um ambiente onde está faltando a pessoa que morreu**. Aqui, isto é, onde aparece a inevitabilidade de se ajustar no ambiente em que a pessoa se foi, fazia parte e dividia como o sujeito, também é preciso fazer ajustamentos internos, externos e de crenças; A quarta é **reposicionar em termos emocionais a pessoa que morreu e continuar vivendo**, trata-se, portanto, não de perder as memórias que se teve com a pessoa perdida, mas seguir a vida, mesmo com essas lembranças, todavia, sem efeitos negativos nem estagnações decorrente delas (SANTOS, 2014; MELO, 2004).

Existe, ainda, tipos distintos de luto, entre eles estão o **luto crônico** (quando o luto se estende junto com sentimento de ansiedade e inquietação); **luto adiado** (no qual as fases do luto não são vivenciadas, produzindo sintomas fora dos padrões normais, como superatividade, isolamento ou mesmo sintomas da doença do morto); e **luto inibido** (trata-se da falta dos sintomas normais do luto, que mesmo semelhante ao luto adiado, apresenta alterações nos graus de êxito na defesa psíquica) (KLUBER-ROSS, 1975).

A forma como o enlutado lida com esse acontecimento torna possível classificá-lo como um luto normal ou patológico. Em decorrência disso, observa-se que, no luto normal, o indivíduo pode passar pelas fases supracitadas, e a depender de cada um, por uma intensidade e tempo diferentes, mas a partir disso, consegue resignar-se dessa perda e prosseguir com planos de vida e voltar ao seu estado natural antes da perda. Ao passo que no luto patológico, o enlutado passa pelas mesmas emoções e sofrimentos do luto normal, mas com uma intensidade e duração consideravelmente maiores. Nesse caso, é exigido mais atenção sobre o sujeito, em razão disso (RAMOS, 2016).

De acordo com Parkes (1998), o enlutado fica inclinado a perder a noção do tempo por estar preso a sua dor e, a depender da forma como se deu essa perda, o sujeito pode desenvolver, inclusive, sentimento de culpa e insegurança. Dentro do término da relação podem surgir todos esses fatores e, por se tratar de um processo complicado, onde o sujeito está se readaptando a viver sem a pessoa perdida, é de suma importância o apoio e a compreensão de amigos e

familiares nesse momento delicado, haja vista que o risco emocional nesse período se torna bastante elevado.

Levando em consideração a importância de vivenciar a dor do luto, o fim de um relacionamento, cuja separação não se dá pela morte física do companheiro, cria uma dor que pode aparecer até com mais intensidade, pois a pessoa além de lidar com o desequilíbrio psíquico que esse estado de luto apresenta, ainda sofre a dor narcísica de também ser esquecida e, conseqüentemente, morta na consciência do outro (ROSA et al, 2013). Partindo dessa e das demais colocações, é plausível afirmar que a experiência do luto, em especial ao fim das relações, apresenta um peso psíquico para o indivíduo e possíveis agravos frente a um luto mal elaborado.

3.3 O LUTO FRENTE AO TÉRMINO DE RELACIONAMENTO

Mesmo que no senso comum se associe o luto a morte, o término de uma relação amorosa é também a morte de um relacionamento idealizado ao qual o sujeito denotou energia, empenho e, dependendo do caso, uma quantidade significativa de tempo. Dessa forma, ao se romper uma relação, a dor da perda tende a ser igual ou até maior do que a morte de um parente ou um ente querido. (DE LUCAS FREITAS, 2013).

Sendo as relações amorosas um fenômeno afetivo social amplo entre os sentimentos e os processos de comunicação e no desenvolvimento das relações amorosas, esse tipo de envolvimento desempenha um poder tanto social quanto sentimental na vida do indivíduo (BIELSKI; ZORDAN, 2014). Quando chega ao fim uma ligação tão significativa na vida do sujeito, pode acarretar não somente abalos sentimentais como também psíquicos.

A desconstrução da conjugalidade após uma separação e, subsequentemente, a reconstrução da identidade individual, é um processo lento, vivido com atribulação pelo, agora, ex-casal. Voltar a conviver com uma maior liberdade se liga diretamente com o sentimento de solidão, fazendo, assim, o tempo que se segue após a separação consideravelmente árduo para ambos os agentes envolvidos. Embora a carga cultural deixe a mulher mais penosa em relação a essa perda, ela também agrega um costume maior de expressar seus sentimentos e falar de forma mais aberta sobre eles, ou seja, discutir o término desse relacionamento parece ser mais fluido de se abrir uma conversação sobre ele com as mulheres, do que com os homens, o que não significa, entretanto, que esse processo de buscar novamente sua identidade individual, após a dissolução do relacionamento, seja mais simples para elas (CARNEIRO, 2003).

Por se tratar da quebra de um vínculo, enlances sexuais, afetivos e emotivos, o fim de uma união ainda traz consigo o agravante de onde partiu o término. Quando a finalidade é de se separar, inicialmente, predomina o alívio e, às vezes, alegria se livrar da tensão infeliz a qual se encontrava dentro da relação. Mesmo com a novidade da mudança e um futuro sem previsões, o sujeito passa a culpar-se e entristecer-se pelos momentos bons, sonhos desfeitos e pelo que poderia ter vindo a ser, porém não foi, pois não foi possível manter a relação (BIELSKI; ZORDAN, 2014).

Segundo Freud (1974), o luto profundo, é a atitude tomada frente à perda do ser a quem se ama, configurando-se, dessa forma, como um estado de espírito penoso, tirando o gozo do mundo externo, dificuldade de ver a possibilidade de encontrar um substituto para esse amor e na aproximação de tarefas e lugares a que lembre desse outro. O sujeito em luto tende a exprimir uma vontade de reparar a perda. A perda desse outro causa uma perda de si, já que para a mulher, almejar o outro faz parte do seu feminino. A relação se propaga dentro de seu ser como uma extensão de si, no qual perder outro se confunde entre perder a si mesmo.

De acordo com Nasio (1997), o amor é o que cura o ser e é esse mesmo amor que deixa o sujeito mais vulnerável. A separação do ser amado causa uma dor psíquica, onde o ser perdido evoca uma dor que pode se assemelhar a perda de um membro do seu próprio corpo. O sofrimento criado com essa separação apresenta limiares entre emoções mal definidas, categorizando, nessa ruptura, uma comoção psíquica que seria uma reação defensiva do eu para proteger-se da própria comoção. Essa dor que nasce ao romper com o ser amado ocasiona uma mudança no estado do **Eu**, pois essa ligação rompida com o outro traz uma comoção da dor interior. Nesse sentido, quando se cria um vínculo com o outro, gera todo um super investimento em torno dessa relação, que com a ruptura, desestrutura o eu pela perda desse investimento. A partir disso, o **Eu** inicia um transe para manter o outro vivo dentro do seu imaginário. Porém, quando o **Eu** não consegue se defender do trauma da separação, não luta para se reencontrar e tentar desinvestir a representação do amado investido, e nem tenta redistribuir a energia psíquica que tinha sido focada nesse outro ser, essa dor pode evoluir para um estado crônico.

Consequentemente, dói continuar a amar o ser perdido após o fim, pelo amor excessivo dedicado a imagem que se tinha dele. Há um buraco no centro do ser, o vazio está presente, atrai o desejo e não tem como satisfazê-los, pois a existência da carência sempre estará presente e essa insatisfação é viva, porém suportável enquanto encontra-se um equilíbrio. Ao se perder o outro, que tinha uma função castradora, atribuímos a eles a satisfação do prazer, esse equilíbrio é perturbado e inicia uma turbulência das pulsões. Isso se deve a imagem e significantes que se confere ao outro, fantasiando o sujeito a partir do desejo, e a possível perda

desse outro não significa apenas a perda, mas a impossibilidade do que criamos sobre ele. Cria-se, portanto, a necessidade de ser para o outro aquilo que ele representa para si, embora essa representação não signifique o que ele realmente é. Em decorrência da perda dessa fonte de desejo, a dor aparece da certeza de não mais tê-lo, pois a ausência do outro causa essa dor, enquanto a incerteza dessa separação gera a angústia. As rupturas criadas nesse processo além de serem uma árdua tarefa à busca do equilíbrio dessas pulsões, ainda podem ser trazidas à tona ao longo da vida (NASIO, 1997).

Partindo do que é dito por Nasio (1997), o sujeito cria em seu **Eu** a imagem do objeto amado para suprir o seu desejo. No contexto da relação abusiva, mostra que o **Eu** não possui a percepção da realidade sobre essa ligação, já que o **Ele** cria e investe um sentimento com relação ao outro, sem que, obrigatoriamente, exista reciprocidade na realidade. Somando-se ao fato de não conseguir se amar no âmbito da relação amorosa abusiva, possivelmente por questões de baixa autoestima, e do abusador, geralmente, ser persuasivo, manipulador e também a sociedade agregar naturalidade a comportamentos abusivos, a vítima não se percebe, em uma primeira instância, que está saindo apenas de uma relação de abuso, mas sim de uma relação de união ao qual investiu energia e, em razão disso, é inclinada a sofrer como na perda de uma relação “normal”.

Para Féres-Carneiro e Diniz Neto (2010), o período de tempo que se leva para elaborar o luto de uma separação, tende a ser maior do que o luto pela morte de alguém. Assim como não há uma forma de prever quanto tempo é necessário para se superar esse tipo de luto, o mesmo se percebe em relação a duração do momento em que ele começa afetivamente para o sujeito. Com essa e as outras informações defendidas ao longo do texto acima, torna-se evidente o quanto é importante e necessário se falar e estudar sobre os sentimentos e mudanças que esse tipo de rompimento acarreta, tendo em vista que uma mudança tão considerável na vida de uma pessoa, deve ser trabalhada de forma total, com o intuito de melhor compreendê-la, para, assim, tratar de forma mais acertada aqueles indivíduos que se encontram dentro dessa situação.

Sendo assim, assistência e apoio são essenciais para quem acaba de sair de uma relação. Naturalmente, nesse momento de dor, se encontra essa assistência entre os amigos e familiares, entretanto, um dos padrões dos abusadores é distanciar a vítima de sua rede de apoio, deixando-a ainda mais desamparada em um momento tão delicado quanto o término (MARCONDES, 2006). Por essa razão, pelo sofrimento que acompanha essa fase e o estado emocional que a mulher fica após a vivência de abuso, faz-se indispensável que também tenha um acompanhamento psicológico.

Observa-se ainda que a busca por ajuda ocorre, com mais frequência, nos estágios iniciais do luto. Posto isso, são essenciais a assistência e apoio para que a pessoa consiga elaborar o luto adequadamente e, posteriormente, poder reestabelecer a sua autonomia e, se for sua vontade, iniciar uma nova relação. Dessa forma, a ajuda especializada, como a psicológica, surge com o intuito de evitar possíveis efeitos patológicos do luto e riscos diretos a vida. Iniciar esse tratamento o quanto antes, além de aumentar sua eficiência, pode impedir padrões patológicos futuros advindos dos abusos sofridos e das dificuldades decorrentes do término. Diante disso, há diferentes meios de fazer esse acompanhamento profissional, como aconselhamento psicológico, psicoterapia individual e de grupo (SANTOS, 2014).

Em virtude de uma formação científica, onde se estimula a pesquisa e a aceitação voltada para o acolhimento e fortalecimento desse indivíduo em sofrimento, a psicologia se apresenta como peça fundamental e de crescente avanço nos assuntos propostos até então (SANTOS, 2014). A assistência psicológica pode auxiliar em pontos que se deterioram por conta das relações abusivas, como identidade, autoestima, laços familiares, amizades, sentimentos positivos entre outros. Sendo assim, a construção e a reconstrução dos vínculos sociais e familiares são primordiais, haja vista que se torna mais um amparo para o indivíduo, cooperando para restaurar sua independência e bem-estar.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

É correto afirmar que o trabalho alcançou seu propósito, isto é, estabelecer a relação entre o sentimento de luto experienciado por mulheres após o fim de relações consideradas abusivas, nesse sentido, o levantamento bibliográfico, com base na literatura, cumpriu o seu papel mostrando particularidades sobre a temática e atingindo, dessa forma, resultados significativos acerca da proposta de pesquisa e da disseminação de informações a respeito.

Diante do que foi exposto ao longo desse artigo, faz-se evidente o quanto questões de gênero tem uma magnitude significativa na ocorrência de casos de abuso dentro de relações. Embora a sociedade tenha se inclinado para consideráveis avanços nessas questões, é inegável o quanto a cultura do machismo se encontra impregnada no seio da sociedade. E também é incontestável o quanto o patriarcalismo ainda oprime a identidade feminina e a fragiliza em tantos vieses de sua vida, inclusive ao que diz respeito aos papéis que homem e mulher desempenham dentro de uma relação conjugal.

Outro ponto a destacar, é que o abusador inflige à mulher, no cenário romântico, sentimentos nocivos, enfraquecendo a vítima em âmbitos emocionais, psicológico, financeiros,

físicos e outros. Acrescenta-se a isso a coerção, perda de identidade junto com o afastamento que o abusador submete essa mulher, condicionando-a a permanecer a sua mercê, com o objetivo de que sair desse enlace se torne ainda mais difícil, tendo em vista ligações decorrentes dos filhos, dependência emocional e financeira. Além disso, conseguir se desvencilhar dessa união frequentemente gera dor e angústia, o que pode trazer efeitos ainda maiores do que o término de uma relação “comum”, em razão do estado de fragilidade que a mulher se encontra após essas vivências traumáticas.

Sendo assim, a Psicologia mostra-se benéfica e proveitosa para amparar e acolher nesse momento de vulnerabilidade e dor, com a finalidade de auxiliar a reerguer essa pessoa, após essa difícil experiência do abuso e do luto. É importante destacar que a família e a sociedade entejam preparadas, ou ao menos, tenham noção do quanto a vítima de abuso precisa de suporte e se façam presente mesmo antes do fim desse vínculo. Quanto aos profissionais: capacitação, sensibilidade e empatia para lidar com o abuso e o luto sofridos por essa mulher.

REFERÊNCIAS

ABOIM, S. Da pluralidade dos afetos: trajetórias e orientações amorosas nas conjugalidades contemporâneas. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, v. 24, n. 70, p. 107-122, 2009. Disponível em: https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-69092009000200007&lng=pt&nrm=iso. Acesso em: 05 mar. 2021.

ALBERTIM, R; MARTINS, M. **Ciclo do relacionamento abusivo**: desmistificando relação tóxicas. In: Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação, 41º, 2018, Joinville.

Luto em Cuidados Paliativos. In: **Manual de Cuidados Paliativos**. Academia Nacional de Cuidados Paliativos – ANCP. Rio de Janeiro: Diagraphic, 2009.

Psicóloga explica relacionamentos abusivos: o que é e como sair dessa situação? Repórter UNESP, 2015. Disponível em: <http://reporterunesp.jor.br/2015/08/20/psicologa-explica-relacionamentos-abusivos-o-que-e-e-como-lidar-com-essa-situacao/>. Acesso em: 06 out. 2020.

BARRETTO, Raquel Silva. RELACIONAMENTOS ABUSIVOS: UMA DISCUSSÃO DOS ENTRAVES AO PONTO FINA. **Revista Gênero**, v. 18, n. 2, 2018. Disponível em: <https://periodicos.uff.br/revistagenero/article/view/31312/18401>. Acesso em: 22 mai. 2021.

BARROSO, Z. **Violência Nas relações amorosas**. In: Congresso Português de Sociologia, 6º, 2008, Lisboa.

BASTOS, Rodolpho Alexandre Santos Melo; NOGUEIRA, Joanna Ribeiro. Estereótipos de gênero em contos de fada: uma abordagem histórico-pedagógica. **Revista Dimensões**, v. 36, jan.-jun. 2016, p. 12-30. Disponível em:

<http://www.periodicos.ufes.br/dimensoes/article/viewFile/13864/9817>. Acesso em 30 nov. 2020.

BIELSKI, D; ZORDAN, E. Sentimentos predominantes, após o término do relacionamento amoroso, no início da idade adulta jovem. **Perspectiva**, v. 38, n.144, p. 17-24, dezembro/2014. Disponível em: http://www.uricer.edu.br/site/pdfs/perspectiva/144_448.pdf. Acesso em: 29 nov. 2020.

CARLOTO, C. M. O conceito de gênero e sua importância para a análise das relações sociais. **Serviço social em revista, Londrina**, v. 3, n. 2, p. 201-213, 2001. Disponível em: <http://www.uel.br/revistas/ssrevista/n2v3.pdf#page=83..> Acesso em: 21 mai. 2021.

CARNEIRO, T. F. Separação: o doloroso processo de dissolução da conjugalidade. **Estudos de Psicologia**, v. 8, n. 3, p. 367-374, 2003. Disponível em: <https://www.redalyc.org/pdf/261/26180303.pdf>. Acesso em: 30 nov. 2020.

DA SILVA, F. V. “Depois a louca sou eu”: estratégias biopolíticas e produção de subjetividade em discursos sobre relacionamento abusivo. **MOARA–Revista Eletrônica do Programa de Pós-Graduação em Letras**, v. 2, n. 57, p. 103-122, 2021. Disponível em: <https://periodicos.ufpa.br/index.php/moara/article/view/8561/7287>. Acesso em: 24 mai. 2021.

DE LUCAS FREITAS, J. Luto e fenomenologia: uma proposta compreensiva. **Revista da Abordagem Gestáltica: Phenomenological Studies**, v. 19, n. 1, p. 97-105, 2013. Disponível em: <https://www.redalyc.org/pdf/3577/357735557010.pdf>. Acesso em: 29 nov. 2020.

DINIZ, G.; COELHO, V. A história e as histórias de mulheres sobre o casamento e a família. In: FÉRES-CARNEIRO, Terezinha. **Família e casal: efeitos da contemporaneidade**. Rio de Janeiro: Puc-Rio, 2009. p. 138-157.

DUARTE, Rita Isabel dos Santos. **DO AMOR E DO DESAMOR: variedades de experiências de ruptura e reparação e, regulação de necessidades na aliança amorosa de casais**. 2012. 99 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Psicologia, Universidade de Lisboa, Lisboa, 2012.

HIRIGOYEN, M. **A Violência no Casal: da coação psicológica à agressão física**. Trad. Maria Helena Kühner. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2006.

FÉRES-CARNEIRO, T.; DINIZ NETO, O. Construção e dissolução da conjugalidade: padrões relacionais. **Paidéia** (Ribeirão Preto), v. 20, n. 46, p. 269-278, 2010. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/paideia/v20n46/13.pdf>. Acesso em: 28 nov. 2020.

FREUD, S. Luto e Melancolia. **Edição Standard Brasileira das Obras Psicológicas Completas de Sigmund Freud**, vol. XIV. Rio de Janeiro: Imago, 1974.

GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4º ed. São Paulo: Atlas, 2008.

GUEDES, D. D.; MONTEIRO-LEITNER, J.; MACHADO, K. C. R. Rompimento amoroso, depressão e auto-estima: estudo de caso. **Revista Subjetividades**, v. 8, n. 3, p. 603-643, 2016. Disponível em: <https://periodicos.unifor.br/rmes/article/view/4879/3889>. Acesso em: 28 nov. 2020.

KÜBLER-ROSS, E. **Morte – estágio final da evolução**. 2. ed. Rio de Janeiro: Record, 1975.

MARCONDES, M. V.; TRIERWEILER, M.; CRUZ, R. M. Sentimentos predominantes após o término de um relacionamento amoroso. **Psicologia: ciência e profissão**, v. 26, n. 1, p. 94-105, 2006. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/pcp/v26n1/v26n1a09>. Acesso em: 06 out. 2020.

MARQUES, Tânia Mendonça. **Violência conjugal**: estudo sobre a permanência da mulher em relacionamentos abusivos. 2005. 303 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Psicologia, Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2005.

MELO, R. **Processo de Luto**. O inevitável percurso face a inevitabilidade da morte, 2004. Disponível em: <http://tutorado.unidades.tecnico.ulisboa.pt/files/sites/40/Luto.pdf>. Acesso em: 31 mai. 2021.

NASIO, J.-D.; MACALHAES, L. **O livro da dor e do amor**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1997.

OLIVEIRA, P. P. et al. Mulheres vítimas de violência doméstica: uma abordagem fenomenológica. **Texto & Contexto-Enfermagem**, v. 24, n. 1, p. 196-203, 2015. Disponível em: https://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0104-07072015000100196&script=sci_arttext&tlng=pt. Acesso em: 21 mai. 2021.

PARKES, C. M. **Luto estudos sobre a perda na vida adulta**. São Paulo: Summus editorial, 1998.

PEIXOTO, M. M.; HEILBORN, M. L. Mulheres que amam demais: conjugalidades e narrativas de experiência de sofrimento. **Revista Estudos Feministas**, v. 24, n. 1, p. 45-62, 2016. Disponível em: https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-026X2016000100045&lng=pt&nrm=iso#fn16. Acesso em: 04 abr. 2021.

PLATÃO. **Apologia de Sócrates**. São Paulo: Martins Claret, 2017.

RAMOS, V. A. B. O processo de luto. **Psicologia-Portal do psicólogo**, v. 30, 2016. Disponível em: <https://www.psicologia.pt/artigos/textos/A1021.pdf>. Acesso em: 17 mai. 2021.

SANTOS, F. S. **Tratado brasileiro sobre perdas e luto**. Rio de Janeiro: At heneu, 2014.

SANTOS, R. C. S.; YAMAMOTO, Y. M.; CUSTÓDIO, L. M. G. Aspectos teóricos sobre o processo de luto e a vivência do luto antecipatório. **Psicologia**, p. 1-18, 2017. Disponível em: <https://www.psicologia.pt/artigos/textos/A1161.pdf>. Acesso em: 17 mai. 2021.

SILVA, G. C. C. da et al. A mulher e sua posição na sociedade: da antiguidade aos dias atuais. **Revista da SBPH**, v. 8, n. 2, p. 65-76, 2005. Disponível em: http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1516-08582005000200006. Acesso em: 23 abr. 2021.

SILVA, L. L. da; COELHO, E. B. S.; CAPONI, S. N. C. Violência silenciosa: violência psicológica como condição da violência física doméstica. **Interface-Comunicação, Saúde, Educação**, v. 11, p. 93-103, 2007. Disponível em: <https://www.scielo.org/article/icse/2007.v11n21/93-103/>. Acesso em: 21 mai. 2021.

SILVEIRA, L. M. B. O casal grávido: disposições e dilemas da parceria igualitária. **Mana**, v. 14, n. 2, p. 604-607, 2008. Disponível em: https://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0104-93132008000200019&script=sci_arttext&tlng=pt. Acesso em: 05 abr. 2021.

VIEIRA, J. A. A identidade da mulher na modernidade. **DELTA: Documentação de Estudos em Lingüística Teórica e Aplicada**, v. 21, n. SPE, p. 207-238, 2005. Disponível em: https://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0102-44502005000300012&script=sci_arttext. Acesso em: 23 abr. 2021.